

Ata da V Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Às dez horas e dez minutos, do dia 30 de novembro de 2001, no auditório do Hotel Parque dos Coqueiros, em Aracaju- SE, deu-se o início da V Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, quando o Dr. Raymundo José Santos Garrido, Secretário de Recursos Hídricos e Secretário Executivo do CNRH, assumiu a Presidência da mesa e convidou a Dra. Flavia Barros e Dr. Roberto Monteiro para auxiliá-lo nos trabalhos. Inicialmente, cumprimentou aos presentes dando as boas vindas a todos e justificando a ausência do Sr. Ministro, apresentou a saudação do mesmo aos integrantes do Conselho e demais convidados presentes à reunião, comentou que o objetivo de realizar a reunião em Aracaju, por convite do Dr. Almir Cirilo, conselheiro do CNRH e presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH, aproveitando a realização do XIV Simpósio Nacional de Recursos Hídricos da ABRH, permitindo a discussão de temas relevantes no contexto de recursos hídricos no Brasil. Antes de dar início aos trabalhos, fez agradecimentos ao Sr. Secretário de Meio Ambiente do Estado de Sergipe pela acolhida, estendeu os agradecimentos ao Dr. Airton Rocha, Dr. Marcos Melo e Dr. Jessé Cláudio de Lima Costa, membros da equipe do Dr. Marcos, que deram grande apoio à equipe técnica da Secretaria de Recursos Hídricos, responsável pela Secretaria Executiva do CNRH, durante esses dias que antecederam à reunião. Agradeceu ao Presidente da ABRH, conselheiro Almir Cirilo pela idéia de realizar a reunião em Aracaju, depois agradeceu também ao Dr. José Marcelino da Rocha, superintendente da IV Superintendência Regional da CODEVASF, em Sergipe, pelo grande apoio oferecido, ao disponibilizar inclusive espaço físico para a realização de reuniões de Câmaras Técnicas. Dito isso, Dr. Raymundo Garrido lamentou o trágico falecimento de dois colegas gaúchos, o arquiteto Fernando Freitas da Rosa e o técnico Carlos Porto da Silva, em acidente de helicóptero, ocorrido no dia anterior, em viagem de inspeção ambiental ao interior do Rio Grande do Sul, motivando a retenção do conselheiro Langone em Porto Alegre/RS, bem como, com pesar, informou o falecimento, a alguns meses atrás, do conselheiro Carlos Divino, representante dos usuários da água, segmento de “Pescadores e usuários de recursos hídricos para o lazer ou turismo”, por isso, solicitou a todos que por um minuto ficassem de pé e em silêncio. Após o minuto de silêncio, comentou que o objetivo de realizar a reunião em Aracaju era o de levar às diversas regiões do País a discussão, o debate sobre o tema do gerenciamento do uso dos recursos hídricos, como também homenagear a ABRH, instituição cujo nome já é uma marca brasileira. Ressaltou o caráter pioneiro da ação da ABRH, por pouco menos de duas décadas e já tem seu trabalho amplamente reconhecido no país e depois comentou que, no discurso do senhor Governador do Estado de Sergipe, quando da abertura do evento da ABRH, ele informou que o Estado estava fazendo a maior rede adutora do Brasil, com recursos oriundos do “Pro-Água Semi- Árido”, demonstrando assim que esta é uma obra de grande retorno sócio-econômico, bem como que aquele Estado encontra-se à frente nesse processo de construção e operação de adutoras, contribuindo para minimizar os problemas causados pela seca. Prosseguindo, comentou que nesta V Reunião Extraordinária, o CNRH estava retomando oficialmente suas atividades, devido à interrupção para a entrada de novas instituições, mas comentou que, durante a suspensão temporária dos trabalhos do Conselho e de suas Câmaras Técnicas – CT’s, a Secretaria Executiva do Conselho, função exercida pela Secretaria de Recursos Hídricos, deu prosseguimento às suas atividades não decisórias. Informou que o layout da página do Conselho foi reformulado, o conteúdo de suas informações atualizado e revisado e que, foram agregadas novas informações. Informou ainda que os relatores das CT’s fizeram um resumo das atividades realizadas por cada uma, até o momento em que ocorreu a interrupção dos trabalhos, identificando pendências das respectivas câmaras, visando auxiliar os presidentes das mesmas quando da retomada das atividades. No dia 6 de novembro último, após o retorno aos trabalhos do Conselho, com a edição do decreto que alterou a participação do Governo Federal, possibilitando a entrada de três novas instituições, a Secretaria Executiva coordenou reunião, com a presença de todos os presidentes das CT’s, visando uniformizar os procedimentos e estabelecer prioridades para os trabalhos programados. Informou que as CT’s já retomaram suas atividades, sendo realizadas três reuniões em Brasília e duas em Aracaju, paralelamente ao Simpósio da ABRH. Foi realizada também, reunião do Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar a indicação de novos membros para a composição das CT’s, devido ao surgimento de vagas em decorrência do Decreto nº 3.978/2001, que alterou a representação do Governo Federal no Conselho, bem como ao cumprimento do estabelecido no Regimento Interno do CNRH, no que trata das ausências não justificadas às reuniões das mencionadas câmaras. A seguir, solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que fizesse a leitura dos procedimentos regimentais para a realização da reunião. O Dr Roberto fez a leitura dos procedimentos. Após a leitura, o Dr. Garrido informou que a Agenda do Dia constava na documentação encaminhada aos conselheiros, bem como na pasta entregue na entrada. Destacou a presença, no Plenário, do Deputado João Magno, por Minas Gerais, defensor do meio ambiente, e comentou que discutir os recursos hídricos de forma democrática é importante para construir uma agenda para tal fim e a presença do Deputado João Magno, naquele recinto, era uma demonstração

de que o legislativo federal, em especial, o mineiro, estava atento aos interesses relativos às águas das bacias do estado de Minas Gerais. Após estes comentários, solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que fizesse a leitura dos nomes dos novos conselheiros titulares e suplentes. O Dr. Roberto informou que o Ministério da Justiça indicou o Dr. Carlos Hugo Suarez Sampaio, como titular, e o Dr. Aldemar de Miranda Tôrres, como suplente, o Ministério de Ciência e Tecnologias indicou o Dr. Carlos Oití Berbert, como titular, e a Dra. Deíza Maria C. Lara Pinto, como suplente; o Ministério da Defesa-Comando da Marinha indicou o Contra-Almirante Newton Cardoso, como titular, e o Capitão de Fragata Antônio Joaquim Gonçalves Moreira, como suplente; o Ministério das Relações Exteriores indicou a Dra. Mirtz Gurgel Valente da Costa, como titular; o Ministério da Integração Nacional indicou o Dr. Edson Zorzín, como titular, e o Dr. Demétrios Christofidis, como suplente; a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU da Presidência da República indicou o Dr. Marcos Thadeu Abicalil, como titular, e o Dr. Otávio Augusto Gonçalves Jardim, como suplente; a Agência Nacional de Águas - ANA indicou o Dr. Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior, como titular, e o Dr. Jair Sarmiento da Silva, como suplente; e, finalmente, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL indicou o Dr. Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa, como titular, e Dr. Jaconias de Aguiar, como suplente. Após a leitura dos nomes, o Presidente da mesa declarou empossados todos os novos conselheiros e desejou boa sorte nos trabalhos e no convívio com os demais membros do Conselho e, a seguir, solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que verificasse o quorum, o qual informou que a reunião contava com dezenove conselheiros, podendo assim iniciar os trabalhos. Dr. Garrido solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que fizesse a leitura da Ordem do Dia, que era: Discussão do PL nº 1.616/99, com apresentação do Deputado Fernando Gabeira; Análise da solicitação da ARBRAC - Associação Regional dos Usuários de Recursos Hídricos do Brasil Central, referente ao pleito para substituição de seu conselheiro; Análise da criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; Análise da nova deliberação para a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá; Considerações do Conselheiro Carlos Langone, referente ao PL nº 4.147/01, que institui diretrizes nacionais para o saneamento básico; e, Análise da correspondência referente à abertura indiscriminada de poços jorrantes no Vale da Gurguéia -Piauí. Após a leitura e antes de perguntar se haveria solicitação de alteração desta Ordem do Dia, o Dr. Garrido informou que, na noite anterior, a secretária do Deputado Fernando Gabeira, em contato com membros da Secretaria Executiva deste Conselho, informou da possibilidade do não comparecimento do Deputado, devido a um sério problema de saúde de sua filha e ainda não fora possível confirmar ou não a sua presença àquela reunião. Considerando a importância de se discutir PL nº 1.616/99 com o relator da matéria relator na Câmara dos Deputados, propôs a inversão da Ordem do Dia, deixando o item referente ao mencionado Projeto de Lei para o final, na expectativa de ter a confirmação da presença do Deputado mais tarde. Dito isso, questionou se alguém mais teria sugestões de alteração na Ordem do Dia. O Conselheiro Abicalil questionou se o item referente ao PL nº 4.147/01 não seria retirado de pauta, uma vez que o conselheiro Langone não se encontrava presente, além de ter sido retirado, no Congresso Nacional, a urgência constitucional, que motivou o requerimento do conselheiro Langone. O Dr. Garrido agradeceu o questionamento e informou que a assessora do Conselheiro Langone, a Dra. Virginia Muzzel, encontrava-se presente representando o conselheiro Langone, e se propôs a fazer alguns comentários sobre o assunto, dito isso, consultou o Plenário sobre a possibilidade de debater o assunto, o que foi acatado por todos. Portanto, indagou ao Plenário se esta substituição poderia ser feita, acrescentando que o Conselheiro Langone poderá, na próxima reunião do CNRH, em dezembro, tecer comentários adicionais ao tema. Sendo assim, colocou em votação as alterações sugeridas para a Ordem do Dia, as quais foram aprovadas, e solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que fizesse a leitura da Ordem do Dia aprovada, a qual foi: **item 1.** Análise da solicitação da ARBRAC, referente ao pleito para substituição de seu conselheiro; **item 2.** análise da criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; **item 3.** análise da nova deliberação para a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá; **item 4.** considerações do Conselheiro Carlos Langone, referente ao PL nº 4.147/01, que institui diretrizes nacionais para o saneamento básico; **item 5.** análise da correspondência referente à abertura indiscriminada de poços jorrantes no Vale da Gurguéia – Piauí; e, **item 6,** discussão do PL nº 1.616/99, com apresentação do Deputado Fernando Gabeira. A seguir, Dr. Garrido anunciou e agradeceu a presença do Deputado Estadual de Sergipe, Jorge Alberto e do Prefeito Governador de Valadares Senhor João Domingues Passarela. Dando continuidade aos trabalhos, passou para o item 1 da ordem do dia: referente à análise da solicitação da ARBRAC, referente ao pleito para substituição de seu representante, conselheiro Carlos Divino, e convidou o Conselheiro Dr. Julio Thadeu para fazer os comentários sobre o assunto. O Dr. Júlio cumprimentou a todos e informou que a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL analisou a solicitação encaminhada pela ARBRAC referente à substituição do seu representante no Conselho, devido ao falecimento do mesmo. Informou que o Regimento Interno é omissivo nesse sentido, pois não prevê como proceder no caso de falecimento de um conselheiro, ressaltou que o problema identificado foi que, durante a assembléia para a escolha dos representantes deste segmento, ficou registrado em ata, o nome das

127 pessoas físicas para conselheiros titular e suplente, e não das instituições que representavam, mas
128 considerado a lacuna do Regimento Interno, referente a esse assunto, os membros da CTIL
129 entenderam que as justificativas dos advogados da ARBRAC eram satisfatórias, concluindo, portanto
130 pelo encaminhamento favorável quanto à aprovação da substituição do conselheiro Carlos Divino
131 pelo Senhor Emerson Martins Costa, atual presidente da ARBRAC. Lembrou ainda, que caso o
132 Plenário não acatasse esta solicitação, a opção será fazer, para esse segmento, novo processo de
133 escolha. O Dr. Garrido agradeceu a apresentação e abriu a palavra para comentários e
134 considerações. Como não houve comentários, o presidente da mesa colocou o tema em votação, o
135 qual foi aprovado por unanimidade. Portanto, o conselheiro suplente, representante do segmento
136 “Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer ou turismo” passa a ser o
137 Senhor Emerson Martins Costa, em substituição ao Senhor Carlos Divino. Antes de passar para o
138 item 2 da Ordem do Dia, o Dr Garrido destacou a presença do Ministro Paulino Cícero, conselheiro
139 suplente representante dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Região Sudeste. A seguir,
140 passou ao Item 2 da pauta, referente à solicitação de criação do Comitê da Bacia do Rio Doce e
141 convidou o conselheiro Júlio Thadeu para fazer a apresentação do tema. O conselheiro Júlio Thadeu
142 informou que havia sido encaminhada ao Conselho, pela ANA, a proposta de criação do Comitê da
143 Bacia hidrográfica do Rio Doce. Os membros da CTIL analisaram a documentação e verificaram que
144 foram cumpridas todas as exigências estabelecidas na Lei nº 9.433/97 e na Resolução CNRH nº 05,
145 sendo inquestionável a necessidade de criação do mencionado Comitê, devido às características
146 físicas de recursos hídricos, sua importância na produção nacional e os conflitos pelo de usos de
147 água na bacia, ficando claro, na documentação ora apresentada, a necessidade de criação do comitê
148 do comitê de bacia hidrográfica. Sendo assim, os membros da CTIL encaminharam parecer favorável
149 à criação do referido Comitê. A seguir, recomendou que os representantes de Minas Gerais, Espírito
150 Santo e da ANA fizessem uma apresentação da importância da criação do referido Comitê. O Dr.
151 Garrido agradeceu ao conselheiro Júlio Thadeu e passou a palavra ao conselheiro Paulino Cícero. O
152 conselheiro Paulino Cícero, após cumprimentar o presidente da mesa, comentou que desde o dia
153 dezanove de abril daquele ano, aguardava nova convocação para reunião do Conselho que, por
154 razões outras, não ocorreu. Lembrou que o Plenário do CNRH havia recomendado ao Ministro José
155 Sarney Filho, a ampliação da sua composição, de vinte nove para cinquenta e sete membros e,
156 como nesta reunião deu-se a posse dos novos conselheiros, mas sem a representatividade
157 esperada, já que é necessário abrir espaço para novos testemunhos, objetivando a formulação de
158 doutrinas perfeitas para boa gestão dos recursos hídricos no Brasil, estava, portanto, apelando ao
159 Presidente deste Conselho, o Ministro José Sarney, para fazer cumprir essa deliberação, elevando
160 seu número para 57 membros, pois isso possibilitaria a ampliação da presença de diversas regiões
161 do País naquele colegiado, respeitando perfeitamente a legislação brasileira de recursos hídricos.
162 Lembrou que, em julho deste ano, esteve conversando com o Senhor Ministro, e ele assegurou-lhe
163 que, após o ingresso da ANA e outros representantes do Poder Público Federal, no corpo do
164 Conselho, em seguida ele promoveria novo redimensionamento da composição do Conselho, para
165 cinquenta e sete membros, refletindo o desejo de toda essa corporação, dito isso, deixou seu apelo
166 ao Presidente, para que, realmente, faça este encaminhamento. Continuando, falou como presidente
167 do Pro-Comitê da Bacia do Rio Doce e disse que estava muito feliz de contar com a presença do
168 Prefeito de Governador Valadares, João Domingues Passarela, do Deputado João Magno, que é
169 representante de Minas Gerais no Congresso Nacional e Ex-Prefeito do Município de Ipatinga/MG,
170 portanto, a representação mineira encontrava-se ali presente e interessada, manifestando seu
171 empenho na criação do Comitê. Comentou que, a bacia do rio Doce é uma das bacias hidrográficas
172 que conta com maior volume de estudos no país, e descreveu fatos históricos sobre a bacia,
173 retratando todo o processo de desenvolvimento e utilização dos recursos hídricos na bacia. Listou
174 todos os órgãos e entidades que deram contribuições para o processo de criação do Comitê. A
175 seguir, solicitou que fosse feita uma retificação do relatório enviado para análise do Conselho,
176 referente às informações sobre os índices de tratamento de efluentes industriais da Companhia
177 Belgo-Mineira, como também de todas as empresas metalúrgicas do vale do rio Piracicaba, que são
178 grandes agentes de colaboração com o poder Público, para a melhoria do meio ambiente.
179 Completou que o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, órgão gestor de recursos hídricos
180 de Minas Gerais, e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo serão capazes de
181 fazer um adequado planejamento e gestão para recuperação do rio Doce, principalmente com a
182 criação do Comitê, que será órgão que englobará, na sua composição, não só as áreas produtivas da
183 região, como também as áreas de governo e da sociedade civil. Somando todos estes esforços,
184 efetivamente, será possível ter o rio Doce tão puro e bonito como o era no dia 14 de dezembro de
185 1501, quando foi descoberto, salvo engano, por Pero de Góes. Finalizou, agradecendo a
186 oportunidade de falar sobre o Rio Doce e disse que esperava que o Comitê fosse criado. O
187 Presidente da Mesa agradeceu a brilhante intervenção do conselheiro Paulino Cícero, pois
188 apresentou uma verdadeira aula de geografia econômica da bacia do Doce, enriquecendo a reunião
189 com esses comentários. Depois, passou a palavra ao conselheiro Benedito Braga, que cumprimentou

190 o Presidente e aos demais presentes e disse que a ANA se sentia honrada e feliz de poder participar
191 do Conselho. Adicionou alguns comentários às colocações do Conselheiro Paulino Cícero e comentou
192 que as informações referentes à Belgo-Mineiro foram coletadas junto ao renomado CETEC - Centro
193 de Tecnologia Mineiro, portanto foram consideradas corretas para a elaboração do relatório
194 encaminhado, mas comprometeu-se em incorporar os novos dados apresentados no mencionado
195 relatório, que demonstra o trabalho feito pela indústria para melhorar a qualidade dos seus
196 efluentes, portanto foi um depoimento de ações positivas da indústria quando do seu processo
197 produtivo, e complementou que para a indicação da Diretoria Provisória, a ANA respeitou os acertos
198 feitos localmente. A Secretaria Executiva ficará com um Estado e a Presidência com outro, quando,
199 tradicionalmente, a ANA estava assumindo a Secretaria Executiva dos comitês instituídos,
200 mostrando, com isto, que as decisões da comunidade local foram respeitadas. Feito estes
201 comentários, cedeu espaço para o Deputado João Magno fazer uso da palavra. O Deputado
202 cumprimentou ao Dr. Raymundo José Garrido e aos demais presentes, disse que era motivo de
203 alegria perceber a clara possibilidade do comitê de bacia ser criado e oficializado naquela
204 oportunidade e fez referência a importância do Rio Doce, do Vale do Aço e das condições de
205 degradação da bacia, a seguir, parabenizou o CNRH e também a ANA, pelos trabalhos, trazendo
206 uma política concreta no sentido de disciplinar e normalizar a aplicação de recursos e, com relação
207 aos esgotos, liberando os recursos somente depois que as obras forem efetuadas. Concluindo,
208 agradeceu a oportunidade de poder se manifestar e ressaltou a presença dos representantes das
209 empresas da região, de importância histórica e econômica para Minas Gerais. O Dr. Garrido
210 agradeceu as palavras do Deputado João Magno e comentou que havia entendido que as
211 preocupações do conselheiro Paulino Cícero eram de que não constava no relatório, que
212 consubstanciou o pleito para criação do comitê do Rio Doce, dados referentes aos avanços no setor
213 de preservação ambiental, nas indústrias, em particular a indústria siderúrgica no estado de Minas
214 Gerais, na bacia do Doce e, que, estes dados deverão ser incorporados ao relatório. Depois
215 comunicou a inauguração, em Belo Horizonte, da Estação de Tratamento de Esgotos do Rio Arrudas,
216 a qual aliviará uma parcela considerável da carga poluidora, que se despeja no rio das Velhas e
217 também que a Estação de Tratamento de Esgotos da Bacia do Riacho das Onças entrará em
218 construção, que é outra bacia importante do rio São Francisco e passará a recuperar
219 substancialmente a qualidade das águas de Minas Gerais. Informou ainda que, há cerca de dois ou
220 três meses passados, a Federação de Indústrias do Rio de Janeiro criou e instalou o seu Conselho de
221 Recursos Hídricos, cujo presidente é o conselheiro do CNRH, Professor Mauro Viegas, reconhecido
222 pela sua atuação na área da engenharia, no âmbito mundial e nacional, e, em nome do Conselho,
223 fez os cumprimentos pelo novo cargo de Presidente do Conselho de Recursos Hídricos da FIRJAM,
224 dito isso, solicitou, ao Plenário, aplausos por esse grande avanço. Depois, colocou a matéria,
225 referente à criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em votação. A instituição do
226 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce foi aprovada com 17 votos a favoráveis. Dando
227 continuidade aos trabalhos, passou-se ao item 3 da pauta, referente à análise da nova de
228 deliberação para a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e
229 solicitou que o conselheiro Julio Thadeu tecesse comentários referentes ao assunto. O conselheiro
230 Julio Thadeu lembrou que o CNRH analisou e aprovou a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica
231 do Rio Piracicaba, nos Estados de Minas Gerais e São Paulo. Na ocasião, o pleito foi considerado
232 plenamente justificável, portanto que não via necessidade de repetir os argumentos referentes à
233 importância da bacia e de seus problemas de qualidade de água. Em função disto, o Conselho
234 aprovou à criação do mencionado Comitê. Comentou que, logo depois, o Governo Federal,
235 especialmente a ANA, recebeu solicitação do Governo de São Paulo e do Governo de Minas Gerais
236 para que fossem incluídas as bacias dos rios Capivari e Jundiá neste Comitê, devido as
237 peculiaridades técnicas, físicas e políticas destas bacias, que se confundem muito com o que ocorre
238 na bacia do rio Piracicaba, mas também por interligações, pois existem transposições entre estas
239 bacias. Sendo assim, os membros da CTIL analisaram a solicitação dos Governos dos Estados de
240 São Paulo e de Minas Gerais e, questionaram a possibilidade de criação de um Comitê Federal com
241 dois rios de domínio do Estado, no caso o Estado de São Paulo. Então, foi solicitado à ANA, que
242 apresentasse uma justificativa legal sobre esta possibilidade. A ANA apresentou tal justificativa, que
243 havia sido distribuída à todos e sendo assim, diante de todos esses dados e da peculiaridade que
244 essa bacia apresenta referente ao gerenciamento de recursos hídricos no Brasil, os membros da
245 CTIL optaram pelo encaminhamento favorável à criação deste Comitê, que anteriormente havia sido
246 criado só para o rio de domínio da União, o Piracicaba. Comentou ainda que, na primeira
247 correspondência encaminhada e na reunião anterior, havia sido discutida a composição de um grupo
248 técnico, sugerido para acompanhar a instalação do comitê, e que esse grupo proposto teria um
249 número de nove participantes e, na ocasião, discutiu-se também, no Plenário, a solicitação
250 encaminhada por Minas Gerais, para incluir mais um representante, passando assim, de nove para
251 dez, o número de membros no grupo e isto havia sido aceito. Depois, falou que gostaria de passar
252 a palavra ao Secretário Paulino Cícero, ao Secretário Adjunto de Recursos Hídricos do Estado de São

253 Paulo, Dr. Rui Brasil, e ao Dr. Jair Sarmento, da ANA, para complementassem as justificativas,
254 relacionadas à solicitação de incorporar as bacias dos rios Capivari e Jundiáí ao Comitê do
255 Piracicaba. O conselheiro Paulino Cícero lembrou a importância do Rio Piracicaba para a Grande São
256 Paulo, comentou que na Lei nº 9.433/97 está explícito que o comitê de bacia é o órgão de
257 planejamento e de gestão, portanto não observava impedimento para se criar unidades de
258 planejamento e gestão que extrapolem cada bacia hidrográfica, e citou o exemplo de Minas Gerais,
259 que, na bacia do Rio São Francisco, criou-se 10 UPGS, na parte mineira, sendo cada uma com sua
260 identidade mesológica, topográfica, econômica e sociológica. Concluiu dizendo que, com essa
261 medida, o estado de São Paulo pretendia incorporar os rios Capivari e o Jundiáí ao Comitê Federal,
262 que só implicaria em vantagem, pois ampliará uma área que tem identificações de toda natureza. O
263 Presidente da mesa agradeceu e convidou o Dr. Rui Brasil, Secretário Adjunto de Recursos Hídricos
264 de São Paulo, para fazer uso da palavra. O Dr. Rui Brasil reforçou que sempre foi intenção da
265 comissão, que trabalhou para instituição desse comitê, a incorporação das duas bacias estaduais,
266 isso se deu por razões técnicas, do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos, pois há uma série
267 de reversões de águas entre estas bacias, inclusive reversão de esgoto, por essa razão, no início da
268 década de 90, a região também questionou a política do próprio Estado, naquela ocasião, pois o
269 Plano Estadual de Recursos Hídricos propunha que o gerenciamento da região fosse feito com as
270 bacias dos rios Piracicaba e Capivari e, foi solicitada a incorporação do rio Jundiáí a este
271 gerenciamento. Lembrou que o Consórcio Piracicaba e Capivari, criado anteriormente ao comitê,
272 também agregou, em sua área de atuação, o rio Jundiáí. Portanto, seria estranho elaborar um Plano
273 de Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, em São Paulo, e depois desenvolver
274 outro Plano de Bacia, somente para o rio Piracicaba, de domínio da União. Afirmou ser muito
275 importante, na gestão da bacia, a integração da cabeceira do rio em Minas Gerais, que embora
276 corresponda a apenas só 5% do total da área da bacia, tem uma importância estratégica muito
277 grande, dando ênfase a questão da gestão integrada e para que tudo fique esclarecido, o desejo da
278 comunidade da bacia é de que o Comitê seja do Piracicaba, Capivari e Jundiáí. O Presidente
279 agradeceu os comentários do Dr. Rui Brasil e convidou o Dr. Dalto Favero Brochi, Coordenador de
280 Projeto do Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, a fazer uso da palavra. O Dr.
281 Dalto fez o seguinte pronunciamento: "Em nome do Consórcio Intermunicipal. das bacias do
282 Piracicaba, Capivari e Jundiáí, queremos parabenizar todas as pessoas que participaram e
283 contribuíram para a criação do Comitê Federal PCJ. Agradecemos a Agência Nacional de Águas -
284 ANA, nas pessoas do Dr. Jerson Kelman e do Dr. Benedito Braga, que sabiamente indicaram o Dr.
285 Antonio Félix Domingues que, muito soube coordenar as discussões, os debates, enfim todo o
286 processo de mobilização, na nossa região, para a criação do Comitê. Agradecemos também, a
287 Secretaria de Recursos Hídricos, nas pessoas do Dr. Raymundo Santos Garrido, Dr. Júlio Thadeu
288 Silva Kettelhut e Dra. Flavia Gomes de Barros, que colaboraram nos esclarecimentos institucionais
289 que levaram na concepção da proposta do Comitê. Aos nossos parceiros mineiros, da Secretaria de
290 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/MG, aqui na pessoa do Dr. Paulino Cícero de
291 Vasconcelos e também ao IGAM, onde o Dr. Willer Posse não mediu esforços para facilitar a
292 interlocução entre Minas Gerais, São Paulo e Brasília. Queremos agradecer a Secretaria de Recursos
293 Hídricos, Saneamento e Obras/SP, nas pessoas do Dr. Antônio Carlos de Mendes Thame e do Dr. Rui
294 Brasil Assis, aqui presentes, pela iniciativa e persistência para o desenrolar do processo. Ao Comitê
295 Estadual PCJ, nas figuras do seu Presidente Dr. Cláudio de Mauro e ao DAEE, representado pelo
296 Secretário executivo do Comitê Estadual, Dr. Luiz Roberto Moretti, que abriram a possibilidade de
297 interação com o estado de São Paulo e a União. À sociedade civil da bacia, principalmente aos
298 mineiros, pela demonstração clara de interesse em participar ativamente de todo o processo.
299 Agradecemos a todos os membros do CNRH, conselheiros e membros das Câmaras Técnicas pelo
300 trabalho e compreensão à esse pleito. Queremos enaltecer também, a Dra. Dalvacir Cunha Reis, da
301 Superintendência de Regulação de Usos, da ANA, que na justificativa pela criação do Comitê Federal
302 das bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí citou a frase "Instituição de um único Comitê para
303 as três bacias", o que compreendemos ser o elo mais forte para a integração entre a Sociedade
304 Civil, Usuários, Municípios, Estados e União. Muito Obrigado". A seguir, o Presidente passou a
305 palavra para o conselheiro Almir Cirilo que, inicialmente manifestou sua satisfação por ver
306 reassumidas as missões do CNRH e, mais ainda, disto ocorrer em Aracaju, logo após a realização do
307 Congresso da ABRH, disse que empenhou-se diretamente para que a reunião ocorresse em Aracaju
308 e agradeceu pelo fato do pleito da ABRH ter sido considerado, por parte da Secretaria Executiva do
309 CNRH. Comentou que, na Carta de Aracaju, aprovada durante o mencionado Congresso, uma das
310 premissas básicas foi a necessidade do fortalecimento do processo de gestão participativa e que, via
311 com satisfação a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Doce e, certamente, do Rio
312 Piracicaba. Lembrou que alguns temas como a questão da recuperação do Rio São Francisco, que
313 mesmo com a criação do Comitê da Bacia hidrográfica do Rio São Francisco, mesmo entendendo que
314 é um processo em evolução, o desafio da prática precisa ser visto com muito mais rigor, com muito
315 mais consciência, para que as coisas aconteçam efetivamente, uns dos assuntos mais importantes

316 para as ações na calha do rio São Francisco e solicitou que ficasse registrado um pedido, para que,
317 na próxima reunião do Conselho, que passassem a cumprir, particularmente, em dois pontos, a
318 função que, entendia ele, ser a mais importante deste Conselho, que é debater grandes problemas
319 nacionais, sendo uma busca de soluções e citou a transposição do rio Tocantins, assunto que
320 começa a crescer continuamente, e a recuperação do rio São Francisco. Dito isto, solicitou que
321 estes dois temas constassem da pauta da próxima reunião e, também, que fossem trazidos
322 representantes do Comitê, criado para tratar da recuperação do rio São Francisco, para trazer mais
323 informações sobre o processo de transposição das águas do rio Tocantins, e, finalizando, agradeceu
324 a participação de todos os conselheiros presentes no Congresso da ABRH. O Presidente da mesa
325 agradeceu os comentários do conselheiro José Almir Cirilo e passou a palavra ao conselheiro
326 Benedito Braga, que informou que, em relação aos comentários do Conselheiro Almir Cirilo, a
327 Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco já tomou posse e
328 encontra-se trabalhando, e que a ANA contratou, através de convênio, o Instituto Manuel Novaes,
329 que estará promovendo um trabalho de mobilização social envolvendo um conjunto muito grande de
330 atividades, que já se encontram em andamento. Após os comentários do Conselheiro Benedito
331 Braga, o Dr. Garrido passou a palavra para o conselheiro Jair Sarmento. O Conselheiro Sarmento
332 disse que gostaria de reforçar a defesa da proposta referente à criação do Comitê da Bacia
333 Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, afirmou que essa defesa seria feita nos mesmos
334 moldes que adotou para a CTIL, e que, o conselheiro Júlio Thadeu, presidente daquela CT, por uma
335 questão de zelo, técnico, profissional, solicitou à ANA, em particular, à Superintendência de
336 Regulação dos Usos, da qual ele tem a hora de ser o Superintendente, e consta do dossiê entregue
337 aos conselheiros, um Parecer da Dra. Dalvacir Reis, colaboradora da equipe da mencionada
338 Superintendência e substituta do conselheiro, que merece registro, sobretudo, pelas colocações que
339 foram feitas anteriormente, pelo Secretário Paulino Cícero, pelo Dr. Dalto e pelo Dr. Rui Brasil, sobre
340 o tema, destacou o exemplar simbólico-emblemático para a implementação da Política Nacional de
341 Recursos Hídricos e, especialmente, do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a
342 necessidade de um gerenciamento autenticamente compartilhado e integrado das bacias, ainda mais
343 que, no processo legal, restam alguns pontos a serem definidos, tais como a definição da área de
344 jurisdição dos comitês, e quanto ao questionamento da possibilidade de se criar um comitê federal
345 com rios estaduais, defendeu que os rios estaduais, por definição, já constam da bacia do Piracicaba
346 e que, a questão referia-se, não apenas, aos rios estaduais, mas de agregar as bacias estaduais do
347 Capivari e do Jundiaí. Comentou que o Parecer Técnico Jurídico, da ANA é um documento
348 significativo e merece registro. Foi muito claro, no sentido de dizer que não apenas, seria estranho
349 que estas duas bacias não fizessem parte do conjunto de bacias, já que a documentação
350 apresentada pelo Estado de São Paulo mostrou claramente a interdependência histórica existente
351 entre estas bacias, tratando portanto de bacias interligadas. O questionamento jurídico deveria
352 ocorrer, caso estas bacias não fossem incorporadas à bacia do Piracicaba, considerada existência da
353 interdependência ambiental, físico, geográfica, econômica, social, cultural entre essas bacias,
354 portanto o Estado de São Paulo agiu, não com a perspectiva da lógica da dominialidade, e sim, de
355 acordo com autêntico espírito da Lei. Assim, o Parecer Jurídico da ANA é no sentido de não se
356 apegar a uma titularidade, a uma dominialidade, que faria com que essas bacias tivessem que ser
357 gerenciadas em separado, ao contrário do que foram até o momento, então, parece-nos importante
358 registrar nesta reunião, o bom senso, a inteligência e uma certa grandeza de espírito do Estado de
359 São Paulo, que se fixou na lógica da interdependência, na lógica das sinergias criadoras e na eficácia
360 que a integração pode permitir. Fica o registro que os técnicos da ANA materializou, no Parecer
361 Técnico Jurídico, o sentido de que, na verdade, essa gestão conjunta das bacias parece algo que
362 tinha que ser defendido, mas algo necessário, no sentido filosófico, portanto, são razões para que
363 todos referendassem a decisão que havia sido tomada em relação ao Piracicaba e, agora, em relação
364 aos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. O Presidente da mesa agradeceu os comentários do
365 conselheiro Jair Sarmento e disse que não havia dúvida alguma que, na intenção de avançar e
366 aprimorar o setor de recursos hídricos do país, era melhor criar comitê do que deixar de criar e,
367 situações dessa natureza, que acabaram de ser discutidas, demonstraram que o princípio da bacia
368 comporta adequações a outros fatores, que eventualmente, levam bacias, de outra ordem e de
369 outro domínio, a estarem acopladas a uma bacia principal e que, tem o seu rio principal, como
370 sendo de domínio da União, e, completou que, no caso do Piracicaba, Capivari e Jundiaí, já se
371 desenrola pela segunda vez no Conselho, sem considerar a importância que tem a bacia e a região
372 para o país. Afirmou não restar dúvida de que o aspecto mais fundamental era estar tratando do
373 Piracicaba, Capivari e Jundiaí e que, achava que o Plenário estava dando um passo a frente, no
374 sentido de fortalecer o Conselho, pela atuação e pelo entendimento do problema, que teve os
375 Estados de São Paulo e Minas Gerais, como pela saída jurídica, encontrada pela ANA e, como não
376 houveram mais manifestações, colocou a matéria em votação, referente à modificação da
377 deliberação anterior do CNRH, para a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba,
378 alterando para a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, o

379 qual foi aprovado com dezessete votos a favoráveis e uma abstenção. A seguir, informou que a
380 jurista ambiental, a Dra. Solange Telles da Silva, presente no Plenário, teve aprovada sua tese em
381 doutoramento, na Faculdade Paris 1, Panteom Sorbone, com o título "A água e o ar no direito
382 Francês e Brasileiro". Informou ainda que, se autorizado, o trabalho será reproduzido e fará parte do
383 acervo da biblioteca da SRH, para a consulta dos interessados. Desejou a Dra. Solange sorte na
384 nova etapa da vida profissional. Dando prosseguimento aos trabalhos, passou ao item 4, referente
385 ao PL 4.147/01 e solicitou a Dra. Virgínia Müzell, em substituição ao conselheiro Langone, que
386 fizesse as considerações referentes ao mencionado PL, que institui diretrizes nacionais para o
387 saneamento no Brasil. A Dra. Virgínia cumprimentou a todos os conselheiros e convidados em nome
388 do Secretário Langone, que devido ao imprevisto mencionado no início da reunião, foi obrigado a
389 retornar a Porto Alegre e, também, em nome do Secretário Langone, manifestou a satisfação pela
390 volta dos trabalhos do CNRH, pois ele sempre defendeu que este Conselho se fortaleça e, foi nesse
391 sentido, que o Secretário colocou a necessidade de discutir amplamente o processo, que se
392 encontrava em andamento no Congresso Nacional, a respeito da Política Nacional de Saneamento.
393 Falou que o objetivo, no momento do encaminhamento do ofício ao CNRH, em junho, era para
394 discutir sobre o PL nº 4.147/01, que estava tramitando em Regime de Urgência, e umas das
395 reivindicações, foi exatamente que fosse solicitado, ao Congresso Nacional, a retirada do Regime de
396 Urgência. Esse pedido foi atendido, por pressão de vários setores ligados ao saneamento, ela foi
397 informada também, que a Comissão Especial, responsável pelo mencionado PL, havia suspenso seus
398 trabalhos até o final do ano, o que veio em favor da discussão e possibilitará colocar em pauta no
399 Conselho, que é o órgão central do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para
400 discussão do assunto e para ampliação dessa discussão em todo o país. Enfatizou que, apesar do PL
401 nº 4.147/01 não estar mais tramitando em Regime de Urgência, existem diversos aspectos no seu
402 texto que merecem discussão e citou que, no PL, a ANA passará a ser, além de órgão regulador,
403 também órgão executor, e também, com relação às questões de arbitragem sobre os investimentos
404 federais, em qualquer bacia, seja estadual ou federal, a decisão será no âmbito da ANA, portanto
405 existem alguns aspectos, tanto no relatório do Substitutivo, quanto no PL, que precisarão ser mais
406 bem debatidos. A idéia do Secretário Langone é que o Conselho venha a assumir a coordenação do
407 debate deste PL, assim o requerimento continua atual e, a sugestão é para que seja constituída uma
408 comissão especial de acompanhamento do processo, no âmbito do Conselho de Recursos Hídricos,
409 envidando esforços necessários ao encaminhamento de resolução sobre o assunto ou ainda,
410 remetendo o assunto para uma Câmara Técnica. O Conselho poderá organizar um processo de
411 discussão, dentro das suas instâncias, e também buscar ampliá-lo para toda a sociedade, pois ele
412 entende que o Conselho é um órgão de extrema importância na relação entre o saneamento e todo
413 o sistema de recursos hídricos, e que haverá tempo, até o próximo ano, quando o assunto voltar ao
414 Congresso. O Dr. Garrido agradeceu os comentários da Dr^a Virgínia, e comentou que as
415 ponderações foram claras e oportunas ao trazer o tema ao Conselho e, em seguida, colocou o
416 assunto em debate, passando a palavra ao Conselheiro Abicalil, que iniciou sua fala mencionando a
417 satisfação em fazer parte do Conselho, não só pela questão temática, mas também porque não se
418 pode trabalhar a questão de recursos hídricos sem avaliar e trabalhar o saneamento básico, água e
419 esgoto e o contingente ambiental. Comentou que o PL nº 4.147/01, corresponde a um avanço muito
420 significativo, pois, pela primeira vez, o marco legal que envolve esse setor, no Brasil, busca trazer,
421 para a Política Nacional de Saneamento, elementos constitutivos, fundamentais para o próprio
422 desenvolvimento, especialmente para a questão dos recursos hídricos, da estruturação da rede
423 urbana, dos direitos sociais, e da economia do setor, ao contrário que o documento apresentado
424 pelo Estado do rio Grande do Sul, onde não foram fundamentados aspectos considerados
425 fundamentais, referentes aos princípios da lei, tais como o princípio da universalidade do serviço de
426 água e de esgoto, que é uma obrigação do Estado, um direito da sociedade e, define os
427 instrumentos para garantia desse princípio, assim, a lei avança para uma série de temas bastante
428 complexos: o primeiro, é o da discussão sobre a titularidade do saneamento básico. Neste ponto, há
429 uma grande discussão de interesse comum. O documento apresentado pelo Estado do Rio Grande
430 do Sul traz, talvez, inadequada interpretação técnica jurídica do texto legal, quando afirma que o PL
431 nº 4.147/01 transfere para outro, mas isso, de forma alguma, acontecerá, porque somente a
432 Constituição Federal pode estabelecer competência a Entes Federativos, o que a lei traz nada mais é
433 do que, esclarecer competência, no que se refere à água e esgoto, até porque, a Constituição não
434 explicita de quem é a competência na água e esgoto, se do município ou do estado. Mas, o grande
435 questionamento do Rio Grande do Sul é a transferência de competência para o Estado, e, de forma
436 alguma, isso acontece, o que acontecerá será uma gestão comum de sistemas, que são fisicamente
437 comuns e, nesse caso, têm relações com os princípios da Lei de Recursos Hídricos, relacionados com
438 a gestão compartilhada de recursos comuns. Comentou que, não se pode pensar que, a gestão de
439 serviços municipais de água e de esgoto, no sistema integrado metropolitano, seja tratado de forma
440 isolada. Às vezes, se confunde o debate do interesse do serviço com debate do interesse patrimonial
441 sobre aqueles que querem dominar ou decidir sobre o serviço. No PL não é apresentado nada que

442 fira a Constituição, muito menos, no substitutivo do Deputado Adolfo Marinho, que traz a forma
443 jurídica e institucional com que os Entes Federativos devem cooperar. É importante também
444 esclarecer que a lei induz não induz à privatização, esta é a primeira questão conceitual jurídica,
445 serviço público no Brasil não se pode prestar de forma privatizada, ou seja, não se pode ter seus
446 ativos sobre propriedade privada. A Constituição coloca, no artigo 175, que serviço público se presta
447 diretamente pelo estado ou, indiretamente, por meio de concessão ou permissão, portanto o
448 instrumento legal que permitiu a parceria com o setor privado, por meio de concessão ou permissão
449 mediante licitação, foi a Constituição Federal. O segundo ponto a ser ressaltado, é que a lei
450 estabelece regras para que qualquer regime concedido obedeça a uma série de regras, desde a
451 licitação até a definição de metas, a definição de estrutura e regime tarifados, a definição dos
452 regimes de subsídios da forma a atender aos mais pobre, define qual é o regime que determinado
453 setor necessita, para ser adequado de forma a garantir o princípio universalidade, por tanto não há
454 indução à privatização, porque não é cabido, e, no que se refere a concessão, o que se prever é a
455 definição de um conjunto de regras, objetivando buscar o princípio da universalidade, de forma
456 eficiente. Outro aspecto importante, considerado uma imprecisão da análise técnica do texto do PL,
457 diz respeito ao papel atribuído à ANA, onde se avoca uma possível deturpação, ou negação, do
458 princípio da Lei de Recursos Hídricos. Em relação à Recursos Hídricos, o que o texto legal diz é que o
459 setor tem uma enorme relação com os Recursos Hídricos, que precede o saneamento básico,
460 inclusive do ponto de vista legal. A outorga do uso da água é precedente da regulamentação do
461 serviço de água e esgoto pois dele depende, ou seja, depende da concessão de outorga; outro ponto
462 é observar a estruturação da rede urbana, porque lá demanda, lá está a sociedade que devemos
463 atender; e, por fim, é que a economia do setor deve propiciar elementos capazes de prestar o
464 serviço adequadamente, com eficiência, inclusive no que se refere aos subsídios, especialmente aos
465 mais pobres, para tratamento de esgotos, que envolve aspectos relativos às gerações futuras e
466 aspectos fiscais importantes. Concluindo, não há no texto legal forma alguma de subversão aos
467 princípios da Lei de Recursos Hídricos, pelo contrário, há um reforço desses princípios na Lei de
468 Saneamento. Esta lei avançou num aspecto relativo ao papel da ANA, que, dada a complexidade do
469 setor que envolve ações, inicialmente no Município (responsável pelo serviço), depois pelo Estado
470 (responsável em alguns casos e porque tem, na sua estrutura, as companhias estaduais, que
471 dominam o serviço do Brasil), e, por fim, União (elemento complementar, segundo a própria
472 Constituição). Todos os níveis demandam regras, assim, é preciso haver uma coordenação de regras
473 para o setor e, nesse sentido, a Lei propõe uma coordenação regulatória nacional, de caráter
474 eminentemente técnico, que é o de prover regras comuns, criação de fórum de reguladoras, um
475 Sistema de Informações comuns para as reguladoras do Brasil, que demanda autonomia,
476 independência e tecnicidade. Assim, não faria sentido propor a criação de uma agência específico na
477 estrutura da União, pois a União não é poder concedente de serviços águas e esgotos, assim essas
478 atividades regulatórias seriam atribuídas à ANA, pelo fato dela atender aos princípios de autonomia,
479 de independência, tecnicidade e, mais ainda, uma relação muito estreita entre recursos hídricos e
480 saneamento básico. Durante debate no Congresso Nacional, esse foi um tema bastante discutido,
481 entretanto não considerado fundamental, tanto que, quando o relator propôs a transferência dessas
482 atribuições da ANA para a SEDU, esse foi considerado um entendimento consensual com o governo,
483 que não vai obstar o avanço de lei. Eram esses os pontos passíveis de esclarecimento, em função de
484 alguns equívocos identificados no documento apresentado pelo Estado do Rio Grande do Sul. Em
485 relação à discussão do tema no âmbito do Conselho, afirmou que a SEDU não tem nenhuma
486 objeção, e, para finalizar, esclareceu que, quando o Governo federal encaminhou o PL no Congresso
487 e solicitou Urgência Constitucional, o fez porque não se trata de uma urgência dele próprio, mas sim
488 de dois milhões e duzentos mil domicílios urbanos, que não têm acesso de água, e de outros
489 dezesseis milhões e meio de domicílios urbanos que não se encontram conectados a uma rede de
490 esgoto, dos quais onze milhões e meio sequer dispõe de fossa séptica, gerando um volume de
491 poluição gigantesco, um deficit concentrado na pobreza, esses fatos que caracterizam a urgência,
492 urgência da demanda social. Acrescentou que o Congresso Nacional debate o tema há muito tempo,
493 sem que haja uma solução para o problema. Conclui dizendo ser fundamental que o Conselho
494 discuta o tema, para conhecer quais são os verdadeiros princípios e os instrumentos propostos, para
495 que seja alcançado um objetivo comum da integração de água e esgoto com a gestão de recursos
496 hídricos e, principalmente, para garantia dos serviços para todos. O Dr. Garrido agradeceu ao
497 Conselheiro Abicalil e comentou que percebia que o tema do saneamento demandaria um debate
498 aberto, que estava de acordo que o aspecto fundamental do mencionado PL, de que o país precisa,
499 com urgência, de uma lei de saneamento, e que a questão suprema da titularidade iria ser o grande
500 debate no âmbito do Congresso Nacional. Ressaltou que o papel da ANA não fere o princípio dos
501 usos múltiplo,s quando dispõe que aquela Agência aprovará as agências regionais de saneamento,
502 na sua capacitação, mas, como há varias opiniões em torno de diversos conceitos contidos no
503 Projeto, é oportuno, portanto, que seja discutido no Conselho, dando uma contribuição importante à
504 sociedade brasileira, em particular a sua representação no Congresso Nacional. E que, achava que,

505 com isso, o Conselho ficará mais rico ao discutir essa importante questão de saneamento, mais
506 ainda, que procurava se isentar de ler sobre os setores usuários, para não tomar partido, em
507 momentos em que o Conselho terá que atuar como juiz verdadeiro. A seguir, passou a palavra ao
508 conselheiro Jair Sarmiento que comentou que teve a oportunidade de ser integrado ao Grupo Técnico
509 que elaborou o relatório do PL nº 4.147/01, em assessoria ao Deputado Adolfo Marinho, e que a
510 ANA julgava fundamental o debate, mas, por questão regimental, questionou se o representante do
511 Rio Grande do Sul solicitava uma Comissão de Acompanhamento para ajudar em um
512 encaminhamento da questão, mas que julgava que, talvez, fosse oportuno, ao invés de improvisar
513 criando uma comissão não prevista no Regimento Interno, encaminhar para a CTIL, a discussão da
514 mesma, já que, no âmbito da Câmara dos Deputados, será quase certo que está questão se
515 prolongará ao longo do ano de 2002, então haverá tempo suficiente para se trabalhar este tema,
516 dando a oportunidade ao conselheiro Langone para fazer seus comentários e que, a própria ANA
517 terá contribuições a dar. Disse ainda que, compreendia o conteúdo do Projeto de Lei da Política
518 Nacional de Águas e Esgotos, mas que, sobretudo, era importante discutir, no Conselho, a interface
519 entre a Política de Saneamento, a de Recursos Hídricos e também com a de Saúde Pública, que é
520 tão necessária para o país e que queria solidarizar-se com a manifestação do conselheiro Abicalil,
521 dizendo que compactuava com as observações feitas por ele e que, as observações do Rio Grande
522 do Sul, talvez, contivessem um equívoco, mas que tinha o mérito de insistir com que o Conselho se
523 ocupasse da discussão substantiva e das implicações que esse Projeto de Lei terá para o país,
524 portanto recomendava que a CTIL se ocupasse dessa questão. O Dr. Garrido agradeceu ao
525 conselheiro Jair Sarmiento, e convidou novamente a Dra. Virginia, que disse que concordava com o
526 conselheiro Abicalil sobre a necessidade de uma definição sobre a questão de saneamento para o
527 país, que o Conselho, enquanto representante de toda a sociedade, se fortaleça nesse processo, pois
528 será uma discussão com pontos de vista distintos, necessitando um debate e a divulgação desse
529 processo, que levará a um ponto de equilíbrio. O Dr. Garrido agradeceu as palavras da Dra. Virginia,
530 e passou a palavra ao conselheiro Julio Thadeu, que se manifestou favorável à sugestão do
531 Conselheiro Jair Sarmiento, de encaminhar o assunto para a CTIL, que é o melhor fórum para
532 discussão, pela sua peculiaridade, e que, entendia a solicitação da Dra. Virginia para que o Conselho
533 estude o assunto. O Dr. Garrido agradeceu os comentários do conselheiro Julio Thadeu e passou a
534 palavra ao conselheiro Abicalil, que afirmou não concordar quando foi dito que o PL não havia sido
535 discutido, pois, só na Câmara dos Deputados, foram realizadas 14 audiências públicas, envolvendo
536 todo um conjunto de atores de um mesmo setor, foram discutidas, por exemplo, as questões
537 metropolitanas de saneamento, e o outro ponto é que achava que mesmo o Projeto de Lei sendo
538 aprovado, sempre caberá discussão no Conselho, dada a interface que decorrerá quando de sua
539 regulamentação e, por fim, sugeriu que, antes de iniciar a discussão na CTIL, que o relator exponha
540 qual é o objetivo do PL e seu conteúdo no Plenário do CNRH. O Dr. Garrido agradeceu ao
541 Conselheiro Abcalil e passou a palavra ao conselheiro Demétrios, que disse de sua satisfação em
542 estar participando do Conselho e, no que se referia ao Projeto do Saneamento, disse que observava
543 que uma das questões que terá que ser colocada é a articulação com a Política Nacional de Irrigação
544 e Drenagem, em especial, com o uso da água na produção de alimentos, e que, acreditava que uma
545 parte da discussão terá que passar pelo uso da água, que é gerada nas bacias. A seguir, o Dr.
546 Garrido encerrou as discussões referentes ao PL nº 4.147/01 e propôs o encaminhando do tema
547 para a Câmara Técnica de Assuntos Legais Institucionais - CTIL, o qual foi aprovado por
548 unanimidade. Após, passou ao item 5 da pauta, sobre a análise da correspondência referente a
549 abertura indiscriminada de poços jorrantes no Vale do Gurgéia, no Estado do Piauí, e para comentar
550 o assunto convidou o Dr. Simanke, presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS. O
551 Dr. Simanke cumprimentou a todos, disse que os membros da CTAS havia analisado a situação de
552 conflito referente aos poços jorrantes no Vale do Gurgéia. Comentou que, após a análise, foi
553 elaborado um parecer que recomenda considerar a Lei de recursos Hídricos do Estado do Piauí e,
554 chamou à atenção para a necessidade de regulamentação dessa lei, lembrando ainda, que o artigo
555 10, da Resolução CNRH nº 15, recomenda que os poços jorrantes deverão ser dotados de
556 dispositivos adequados para evitar o desperdício de água, ficando passivo de sanção o responsável
557 que não adotar as providências devidas. O Dr. Garrido agradeceu ao Dr. Simanke, e abriu para
558 comentários e considerações, passando a palavra para o Conselheiro Almir Cirilo, que inicialmente,
559 antes de abordar o tema específico, falou que gostaria de complementar um pouco a sua
560 intervenção anterior, que havia ficado muito satisfeito da ANA demonstrar que estava partindo do
561 desafio para a prática e, para que essa decisão seja sacramentada, ele desconhecia o que tinha
562 acontecido mas, havia uma procedência na reclamação apresentada, no que tange à ocorrência de
563 algum problema administrativo. Especificamente sobre a questão do desperdício de água
564 subterrânea, afirmou que, há muito tempo, tem se ouvido falar do fato, seja através da imprensa,
565 seja através de outras fontes, são notícias largamente difundidas, assim apresentou o seu
566 testemunho quanto à existência uma série de estudos, elaborados para regiões costeiras do
567 Nordeste, sobre o desperdício da água subterrânea, por um grupo de geologia, composto por

568 professores bastante conhecidos no Brasil, onde constatou-se que, nas cidades litorâneas do
569 Nordeste, nos domicílios onde não existem poços, que se paga efetivamente pela água o consumo é
570 de 200 litros per capita ao dia e, nos domicílios onde foi facultado o abastecimento por poços, para
571 complementar de alguma forma a demanda, esse consumo chega a 800 litros por habitante dia, ou
572 seja, quatro vezes mais, isto mostra a necessidade de controle para se ter um consumo racional,
573 portanto, talvez a CTAS poderia começar a trabalhar algumas medidas mais efetiva de controle,
574 transformando-as em resoluções do Conselho mais práticas, porque até pouco tempo, somente dois
575 estados no Brasil, São Paulo e Pernambuco, tinham legislação específica para tratar da questão da
576 água subterrânea e, no caso de Pernambuco, a partir da aprovação da lei, todo poço outorgado era
577 obrigado a manter o registro para controlar o desperdício, mais ainda, era obrigatório a instalação de
578 hidrômetros, permitindo assim, o monitoramento da demanda que efetivamente é explorada das
579 nossas regiões subterrâneas dada a super exploração dessas águas. Propôs que a CTAS comece a
580 trabalhar na definição de dispositivos mais efetivos, pois a Resolução CNRH nº 15 tem um caráter
581 muito amplo, mas, dada a premência do que está acontecendo no país, ainda é necessário que esse
582 assunto seja tratado com algum imediatismo, para que se adotem medidas mais exigentes de
583 controle da demanda pelas águas subterrâneas. O Dr. Garrido agradeceu as palavras do Conselheiro
584 José Almir Cirilo e passou a palavra ao conselheiro Benedito Braga, que informou que a ANA está
585 trabalhando com o Estado do Piauí, através do Programa Pro-Água, no sentido de regulamentar essa
586 lei e, portanto, essas sugestões apresentadas já encontram-se em marcha, com isso espera-se que,
587 logo, o problema esteja contornado. A seguir, foi passada a palavra para o Conselheiro Oitti,
588 representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, que cumprimentou a todos e disse que após
589 ouvir o relato sobre as preocupações do conselheiro Almir Cirilo, referente à questão das águas
590 subterrâneas, adiantou que a Câmara Técnica está trabalhando cada item da Resolução CNRH nº 15,
591 a fim de detalhar os temas e propor soluções, lembrou também dos problemas de águas
592 subterrâneas minerais e que estão sobre a vigência ou sobre autorização do Departamento Nacional
593 da Produção Mineral-DNPM, que faz parte do Ministério de Minas Energia, assim, manifestou sua
594 preocupação, estranheza e lamento pela retirada do Ministério de Minas e Energia da composição do
595 CNRH. Completou afirmando que isso poderá ter uma repercussão muito grave, e lembrou os
596 problemas da região de São Lourenço, no circuito das águas, em Minas Gerais, onde o Ministério de
597 Minas e Energia, junto com o CNRH, poderia estar atuando. Após os comentários do conselheiro Oiti,
598 o Dr. Garrido passou a palavra ao conselheiro Jaconias, representante da ANEEL, que comentou que
599 o artigo 10, da Resolução CNRH nº 15, define qual a providência deve ser dada quando existe poço
600 jorrante sendo utilizado, que define a obrigatoriedade de ter um mecanismo de controle de vedação
601 para quando o mesmo não está sendo utilizado, para não haver o desperdício. Portanto,
602 complementou que acreditava que o importante agora é a fiscalização, ou seja, verificar-se quem
603 deverá fazer cumprir essa regulamentação e implementá-la. O conselheiro Mauro Viegas, na
604 condução dos trabalhos, passou a palavra ao Dr. Simanke que, acrescentou, na verdade se a
605 Resolução CNRH nº 15 for cumprida estará preenchendo a lacuna para os estados que não possuem
606 a lei, no caso específico do Piauí, que já possui lei, o que falta é a regulamentação, porém com
607 este instrumento legal, todo estado brasileiro que não tenha lei poderá aplicar a Resolução CNRH
608 nº15. O conselheiro Mauro Viegas, na condução dos trabalhos, agradeceu a intervenção e disse que
609 concordava, propôs o encaminhamento da matéria. O conselheiro Oití sugeriu também
610 encaminhamento do Parecer Técnico ao Governo do Estado do Piauí. O conselheiro Júlio Thadeu
611 lembrou que, pelo Regimento Interno, o CNRH delibera através de Resolução ou Moção, e propôs
612 que a forma de encaminhamento seja através de uma Moção, a ser encaminhada ao Governo do
613 Estado do Piauí e ao CONAMA, para análise da questão ambiental do processo. Acrescentou ainda
614 que gostaria de registrar que, quem acompanhou a criação da CTAS, bem como os trabalhos
615 desenvolvidos no âmbito dessas CT, sabe o que representou para o setor e para as pessoas que
616 trabalham em águas subterrâneas, a aprovação da Resolução CNRH nº 15, e que os técnicos que,
617 como ele, tiveram a oportunidade de ter contato com os profissionais da área, perceberam o
618 entusiasmo com relação a alguma coisa que foi feita, no Brasil, de caráter Nacional, para se tratar
619 de águas subterrâneas, até então, tratada de forma muito marginal na Lei nº 9.433/97, assim
620 gostaria de deixar claro que, as primeiras Resoluções do Conselho, têm um importante papel no
621 contexto nacional, já que estabeleceram diretrizes gerais para quase todos os instrumentos de
622 gestão, com exceção da cobrança pelo uso de recursos hídricos. A Moção, no caso, procura dar um
623 direcionamento a um problema concreto, propondo soluções e destacando a importância que o
624 CNRH tem no gerenciamento de recursos hídricos, no âmbito nacional. O Dr. Garrido retomou a
625 presidência da mesa, agradeceu ao conselheiro Júlio Thadeu, e em seguida, propôs a votação da
626 Moção referente aos poços jorrantes no vale do Gurguéia, tendo sido aprovado o encaminhamento
627 da matéria, a ser enviada ao Governo do Estado do Piauí e ao CONAMA. A seguir, passou a palavra
628 ao conselheiro Mauro Viegas, que cumprimentou a todos e disse que inicialmente queria congratular
629 o Presidente, pelo reinício das atividades do Conselho, lamentou o tempo parado e propôs que, no
630 próximo ano, o Conselho tenha uma ou duas reuniões extraordinárias, pois existem muitos assuntos

a serem tratados. Sugeriu que seja elaborado um cronograma de atividades bem definido, para o próximo ano, permitindo que todos se organizem para participarem das reuniões em Brasília, depois, se referiu ao fato do Deputado Fernando Gabeira não ter comparecido, por motivos de saúde na família e, perguntou se o assunto não poderia ser levado para a próxima reunião, no dia 20 de dezembro, argumentando que o PL está parado na Câmara Federal e, será muito importante ouvir os comentários do relator à respeito do assunto. O Dr. Garrido agradeceu as palavras do conselheiro Mauro Viegas, e disse que, com relação ao cronograma de atividades 2002, o mesmo será assunto da reunião de dezembro, quando poderá ser incorporada a idéia de se buscar, em pouco tempo, o que foi perdido com a interrupção. Disse ainda que, estava com receio de encerrar à reunião e que o Deputado chegasse logo em seguida, então consultou o Plenário sobre o melhor procedimento. Todos concordaram em encerrar a reunião, deixando o assunto para ser debatido em reunião próxima. Portanto, para o encerramento da reunião, convidou ao Senhor Secretário de Planejamento do Estado de Sergipe, Marcos Melo, para proferir as palavras finais e tomar lugar à mesa, completando que era com muita alegria que estava encerrando a primeira reunião do Conselho, fora da Capital Federal, por fim, agradeceu mais uma vez, em nome do Sr. Ministro José Sarney Filho, Presidente do CNRH, ao Governo do Estado de Sergipe, à SEPLANTEC e à CODEVASF, por toda estrutura e logística que foi propiciada em Aracaju, e passou a palavra ao Senhor Secretário de Planejamento do Estado de Sergipe, Marcos Melo, para as palavras finais de encerramento do evento. O Senhor Secretário Marcos Melo, cumprimentou a todos e disse que o Governador Albano Franco solicitou que ele fizesse o encerramento dessa histórica reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que pela primeira vez se realizou fora de Brasília e, que, transmitisse, em nome do Governo do Estado, as boas vindas e, sobretudo, que agradecesse aos membros deste Conselho pela escolha do Estado de Sergipe e de sua capital para sediar tão importante reunião histórica, agradeceu, pessoalmente, ao Dr. Raymundo Garrido, por esta importante deferência, disse que, o governador Albano Franco solicitou ainda que, fosse transmitindo aos conselheiros, a sua preocupação com a degradação ambiental do rio São Francisco, pois ele é a principal fonte hídrica do Estado. O Estado possui seis bacias hidrográficas, mas apenas o rio São Francisco tem um déficit no seu balanço hídrico, todas as demais bacias apresentam baixas vazões, o Sergipe é um Estado relativamente pobre em recursos hídricos, a Represa de Xingó, com uma baixa vazão, foi projetada para verter cerca de dois mil e sessenta metros cúbicos de água e, está vertendo, atualmente, em média, cerca de mil metros cúbicos de água, não precisa dizer, aqui, dos sérios problemas ambientais que esta trazendo grandes consequências para o Sergipe, para Alagoas, portanto, pediu-me o governador que trouxesse essa preocupação a todos vocês, já que esse é o grande *forúm* nacional para se discutir recursos hídricos. Afirmou ser necessário colocar em prática a questão de revitalização do rio São Francisco, pois esse é um tema fundamental e importantíssimo para grande parte da população do Nordeste, bem como do Estado de Minas Gerais e, por fim, agradeceu dizendo que o povo sergipano sentia-se extremamente feliz em ter sediado esta histórica reunião. A V Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos foi encerrada às dezesseis horas. Uma vez aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente ata, será assinada por mim, Raymundo José Santos Garrido, Secretário Executivo do CNRH, e pelo Ministro de Estado de Meio Ambiente José Sarney Filho, Presidente do CNRH .

JOSÉ SARNEY FILHO
Presidente

RAYMUNDO JOSÉ SANTOS GARRIDO
Secretário Executivo

Anexos:

1. Decreto de criação Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
2. Decreto de criação Comitê da Bacia Hidrográfica do Rios Piracicaba Capivari e Jundiá
3. Moção, a ser encaminhada ao IBAMA e Governo do Estado do Piauí, referente à abertura indiscriminada de poços jorrantes no Vale da Gurgueia – Piauí.